

SEGURANÇA RURAL INTEGRADA: COMO A PARCERIA ENTRE PREFEITURA, POLÍCIA MILITAR E COMUNIDADE PODE TRANSFORMAR A PROTEÇÃO NO CAMPO**INTEGRATED RURAL SECURITY: HOW THE PARTNERSHIP BETWEEN MUNICIPAL GOVERNMENT, MILITARY POLICE, AND COMMUNITY CAN TRANSFORM RURAL PROTECTION** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.018-002>**Junior Carvalho dos Santos**

Cursando o curso Bacharelado em Ciências Policiais

Academia de Polícia Militar da Bahia

E-mail: carvalhojunior090@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a eficácia da Segurança Rural Integrada, destacando a parceria entre a Prefeitura, a Polícia Militar e a comunidade rural na proteção do meio rural. A metodologia adotada consiste em pesquisa bibliográfica, análise documental e estudo de casos de municípios brasileiros, incluindo Urandi, Porto Seguro e Rio Verde. Os resultados indicam que a integração entre órgãos públicos, forças de segurança e a comunidade promove redução de crimes contra propriedades rurais, aumento da percepção de segurança e fortalecimento das redes de comunicação local. Conclui-se que a segurança rural eficiente depende da articulação entre recursos públicos, expertise policial, engajamento comunitário e uso de tecnologias como GPS, rádios e georreferenciamento, consolidando um modelo replicável para diferentes regiões do Brasil.

Palavras-chave: Segurança rural; Polícia Militar; Prefeitura; Comunidade; Integração tecnológica.

ABSTRACT

This study aims to analyze the effectiveness of Integrated Rural Security, emphasizing the partnership between municipal governments, the Military Police, and rural communities in protecting rural areas. The methodology includes literature review, document analysis, and case studies from Brazilian municipalities, including Urandi, Porto Seguro, and Rio Verde. Results indicate that the integration of public agencies, security forces, and the community promotes crime reduction in rural properties, enhanced perception of safety, and stronger local communication networks. The study concludes that efficient rural security depends on coordination between public resources, police expertise, community engagement, and the use of technologies such as GPS, radios, and georeferencing, establishing a replicable model for various Brazilian regions.

Keywords: Rural security; Military Police; Municipal government; Community; Technological integration.



1 INTRODUÇÃO

A **segurança no meio rural** constitui um desafio complexo e significativo no contexto brasileiro, uma vez que os delitos praticados nesse ambiente, como **furto de maquinário agrícola, roubo de gado e invasão de propriedades**, têm impactos diretos e profundos na economia local, na sustentabilidade das atividades agropecuárias e na qualidade de vida das comunidades rurais. Esses crimes geram não apenas perdas materiais, mas também insegurança social e prejuízos à produtividade, interferindo na estabilidade econômica de pequenos e grandes produtores. Estudos indicam que, no Brasil, as áreas rurais têm sido alvo crescente de ações criminosas, muitas vezes motivadas por oportunidades percebidas devido à **distância das sedes urbanas, dificuldade de fiscalização e limitações logísticas das forças de segurança** (RIBEIRO; ANTUNES-ROCHA, 2018; CERQUEIRA, 2017).

A partir da década de 2000, diversos programas de segurança integrada começaram a ser implementados, principalmente em municípios que enfrentavam altos índices de criminalidade rural. Esses programas enfatizam a **parceria estratégica entre governos municipais, forças policiais e população local**, criando um modelo em que a proteção não depende exclusivamente da atuação isolada de uma instituição, mas sim da **coordenação entre diferentes atores, cada um contribuindo com seus recursos, expertise e conhecimento territorial** (ANTUNES, 2019; COSTA, 2016). A segurança rural integrada, portanto, emerge como uma abordagem que combina gestão pública, policiamento especializado e participação comunitária, suportada por **tecnologias de monitoramento e comunicação**, como GPS, rádios digitais e sistemas de georreferenciamento, capazes de otimizar a cobertura territorial e a resposta a incidentes.

O **problema de pesquisa** deste estudo consiste em identificar como a articulação entre **Prefeitura, Polícia Militar e comunidade rural** pode promover proteção efetiva no campo, levando em consideração as limitações de recursos, a diversidade geográfica e as características socioeconômicas dos municípios. A investigação busca compreender não apenas os resultados imediatos das ações de segurança, mas também os fatores que potencializam a **sustentabilidade e a replicabilidade** do modelo em diferentes contextos. A pesquisa parte da premissa de que ações isoladas, ainda que bem estruturadas, tendem a ser menos eficazes, enquanto a integração entre atores institucionais e a comunidade proporciona **eficiência operacional, prevenção de crimes e fortalecimento da confiança entre sociedade e forças de segurança** (SILVA; BEATO, 2013; MADEIRA; RODRIGUES, 2015).



1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar como a parceria entre Prefeitura, Polícia Militar e comunidade rural contribui para a implementação de um modelo de **segurança integrada no meio rural**, avaliando suas práticas, desafios e impactos.

1.1.2 Objetivos específicos

1. Avaliar o **papel da Prefeitura** na segurança rural, incluindo o fornecimento de veículos, combustível, manutenção de viaturas e apoio administrativo para planejamento e execução das patrulhas (BANCO DO BRASIL, 2004; CATALÃO, 2025). Esta análise permite compreender a importância da gestão pública na disponibilização de recursos logísticos e financeiros, que são essenciais para garantir a continuidade e eficiência das ações de proteção no campo.
2. Examinar a **atuação da Polícia Militar**, destacando o planejamento estratégico das patrulhas, definição de rotas, uso de tecnologias de monitoramento e treinamento especializado dos policiais para atuação em áreas rurais (GOIÁS, 2019). Este objetivo evidencia como o conhecimento técnico e operacional da PM potencializa a prevenção de delitos e a resposta a incidentes.
3. Identificar a **participação da comunidade rural**, considerando redes de vizinhança protegida, cadastro de propriedades e comunicação direta com as forças policiais (RIBEIRO; ANTUNES-ROCHA, 2018). A análise da participação comunitária é fundamental para entender como a mobilização social contribui para a segurança, fortalecendo a vigilância natural e promovendo confiança entre produtores e autoridades.
4. Investigar o **uso de tecnologias de georreferenciamento, GPS e rádios digitais** na gestão da segurança, observando como essas ferramentas melhoram a coordenação entre Prefeitura, Polícia Militar e comunidade, permitindo planejamento de rotas, monitoramento de ocorrências e comunicação em tempo real (BEATO, 2009; GEOSP, 2025). A tecnologia emerge como um elemento de **multiplicação de recursos**, aumentando a eficiência das patrulhas e permitindo análise de dados para melhoria contínua das operações.

1.2 JUSTIFICATIVA

A crescente incidência de crimes no meio rural evidencia a necessidade urgente de estratégias integradas de proteção, envolvendo tanto atores públicos quanto privados. A literatura aponta que ações isoladas, realizadas apenas pela Polícia Militar ou pela Prefeitura, muitas vezes não conseguem garantir resultados sustentáveis, principalmente em regiões extensas ou de difícil acesso (SILVA; BEATO, 2013).



Por outro lado, a integração entre Prefeitura, PM e comunidade permite combinar **recursos logísticos, expertise técnica e conhecimento local**, potencializando a capacidade de prevenção e resposta.

Este trabalho justifica-se também pela **escassez de estudos sistemáticos** sobre a replicabilidade de modelos de segurança rural integrada no Brasil. Embora haja casos de sucesso em municípios como Urandi, Porto Seguro e Rio Verde, poucos estudos consolidam esses exemplos de forma estruturada, relacionando práticas, resultados e impactos sociais e econômicos. Assim, a pesquisa contribui para a literatura acadêmica e para a formulação de **políticas públicas replicáveis**, fornecendo diretrizes práticas para gestores municipais, policiais e comunidades rurais.

Além disso, a pesquisa tem relevância social e econômica, uma vez que a redução de crimes rurais não apenas melhora a sensação de segurança dos produtores, mas também contribui para a **sustentabilidade das atividades agrícolas, preservação de empregos e fortalecimento da economia local**. O estudo fornece subsídios para que municípios de diferentes regiões do Brasil adotem estratégias de integração adaptadas às suas características territoriais e sociais, fortalecendo o conceito de segurança como **bem público compartilhado**.

1.3 BREVE REVISÃO TEÓRICA

A **segurança rural integrada** é um conceito que combina elementos de **gestão pública, policiamento comunitário e tecnologia de informação georreferenciada**, buscando criar um modelo de proteção sustentável e eficiente no campo. Segundo Costa (2016), as **patrulhas rurais comunitárias** são fundamentais para promover presença policial constante e diálogo direto com os produtores, permitindo que ações preventivas e corretivas sejam realizadas de forma coordenada. Essas patrulhas, quando bem estruturadas, permitem identificar áreas críticas, planejar rotas estratégicas e atuar de maneira proativa na prevenção de crimes.

Beato (2009) destaca a importância do uso de **sistemas de informação e cartografias sociais**, que permitem monitorar incidentes, registrar ocorrências e otimizar rotas de patrulhamento. A integração dessas tecnologias com informações fornecidas pela comunidade cria uma base de dados confiável e atualizada, essencial para o planejamento estratégico das patrulhas e para avaliação contínua da eficácia das ações.

Antunes (2019) enfatiza o **papel da sociedade civil na segurança pública**, argumentando que a participação ativa da comunidade fortalece a confiança nas instituições e aumenta a legitimidade das ações policiais. Redes de vizinhança protegida, cadastro de propriedades e canais de comunicação direta com a Polícia Militar são exemplos de mecanismos que possibilitam cooperação mútua, rapidez na comunicação de incidentes e engajamento social na prevenção de crimes.

Além disso, estudos recentes demonstram que a **coordenação entre diferentes atores institucionais**, aliada ao uso de tecnologia, é um fator crítico para reduzir criminalidade no campo e



aumentar a sensação de segurança. O modelo integrado apresenta vantagens em relação às abordagens isoladas, pois permite **combinar recursos humanos, financeiros e tecnológicos**, gerando resultados sustentáveis e replicáveis em diferentes contextos territoriais (MADEIRA; RODRIGUES, 2015; SILVA; BEATO, 2013).

Portanto, a segurança rural integrada emerge como um conceito central para a proteção do meio rural no Brasil, articulando **planejamento estratégico, participação comunitária e uso de tecnologias de ponta**, consolidando um modelo que pode ser replicado e adaptado a diferentes realidades municipais. A relevância desta abordagem está não apenas na redução da criminalidade, mas também na promoção da **coesão social, confiança institucional e desenvolvimento econômico sustentável** nas regiões rurais.

2 METODOLOGIA

O presente estudo adotou uma **abordagem qualitativa e exploratória**, direcionada à investigação do modelo de **Segurança Rural Integrada** e sua eficácia na articulação entre Prefeitura, Polícia Militar e comunidade. A escolha por métodos qualitativos justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que envolve processos sociais complexos, interações institucionais e práticas comunitárias em diferentes contextos rurais. A pesquisa qualitativa permite compreender, de forma aprofundada, as percepções, experiências e estratégias adotadas pelos atores envolvidos, oferecendo um panorama detalhado das práticas de segurança rural e de suas consequências para a proteção de propriedades e produtores (FAIAD et al., 2012; BRASIL, 2018).

A metodologia estruturou-se em três grandes etapas: **pesquisa bibliográfica, análise documental e estudo de casos**, garantindo uma abordagem abrangente e triangulada, capaz de validar os achados a partir de múltiplas fontes de informação. A combinação dessas estratégias permitiu não apenas identificar boas práticas já consolidadas, mas também compreender os fatores críticos de sucesso e os desafios enfrentados na implementação de políticas públicas de segurança rural.

2.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa foi organizada em três modalidades complementares: bibliográfica, documental e estudo de caso.

Pesquisa bibliográfica: Consistiu na revisão sistemática de artigos acadêmicos, relatórios governamentais, publicações técnicas e literatura especializada em segurança rural, policiamento comunitário e políticas públicas integradas. Foram analisados trabalhos que abordam desde o impacto da violência no campo e estratégias de prevenção até experiências de integração institucional em diferentes municípios brasileiros (FAIAD et al., 2012; BRASIL, 2018). A pesquisa bibliográfica forneceu **fundamentação teórica sólida**, permitindo contextualizar os dados empíricos e comparar diferentes



abordagens adotadas no Brasil, contribuindo para a definição de critérios de análise e indicadores de eficácia das ações de segurança.

Análise documental: Esta etapa envolveu o estudo de **documentos oficiais**, incluindo matrizes curriculares voltadas à formação de profissionais de segurança pública, legislações estaduais e políticas de segurança pública voltadas para áreas rurais (GOIÁS, 2013; BRASIL, 2014). A análise documental possibilitou compreender o **quadro normativo e institucional**, identificando como os instrumentos legais e regulatórios estruturam e orientam as ações de segurança rural. Além disso, a análise de documentos oficiais permitiu avaliar a **coerência entre políticas públicas e práticas operacionais**, observando como recursos, treinamento e protocolos são aplicados na prática.

Estudo de caso: Para aprofundar a compreensão das práticas de segurança rural, foram selecionados **três municípios com experiências exitosas**: Urandi e Porto Seguro, na Bahia, e Rio Verde, em Goiás. Esses casos foram escolhidos devido à implementação de programas estruturados de segurança rural, que incluem patrulhas georreferenciadas, cadastro de propriedades, redes comunitárias de comunicação e integração institucional. O estudo de caso possibilitou investigar em profundidade os mecanismos de funcionamento da segurança integrada, os impactos percebidos pelos produtores rurais e os resultados efetivos em termos de redução de criminalidade (GEOSP, 2025).

2.2 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS

A coleta de dados baseou-se em **fontes secundárias e primárias**, permitindo triangulação e robustez metodológica. Entre as técnicas e instrumentos utilizados, destacam-se:

Coleta de dados secundários: Foram analisados relatórios oficiais de segurança pública, dados estatísticos sobre criminalidade rural, documentos municipais, políticas de segurança e registros da Polícia Militar. Essa etapa permitiu levantar informações quantitativas e qualitativas, como número de ocorrências, tipos de crimes mais frequentes, distribuição geográfica dos incidentes e recursos disponíveis para patrulhamento (COSTA, 2016; GEOSP, 2025). A análise desses dados possibilitou identificar padrões de criminalidade e relacioná-los às práticas de policiamento e à participação comunitária.

Entrevistas estruturadas: Foram realizadas entrevistas com representantes da Polícia Militar, prefeitos, gestores municipais e líderes comunitários nos municípios estudados. As entrevistas tiveram caráter **estrutural**, com roteiro previamente definido, permitindo padronizar informações e assegurar comparabilidade entre os casos. Os entrevistados forneceram dados sobre **rotinas de patrulhamento, planejamento estratégico, engajamento comunitário e desafios operacionais**, oferecendo insights sobre a realidade prática da segurança rural e complementando os dados documentais e bibliográficos.

Mapeamento georreferenciado: Uma técnica fundamental adotada neste estudo foi o **mapeamento de rotas e propriedades**, utilizando sistemas de georreferenciamento e GPS para identificar



áreas de risco e pontos críticos de ocorrência de crimes. Essa ferramenta permitiu visualizar espacialmente os padrões de criminalidade, correlacionando-os com a presença de patrulhas e a densidade de propriedades rurais. O mapeamento georreferenciado também possibilitou avaliar a **eficácia das rotas de patrulhamento**, identificar lacunas na cobertura territorial e propor ajustes estratégicos para otimizar a proteção das áreas rurais (BEATO, 2009; GEOSP, 2025).

2.3 ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados coletados foi realizada de forma **qualitativa e interpretativa**, permitindo correlacionar práticas de segurança rural com indicadores de criminalidade e percepção de segurança pelos produtores. Inicialmente, os dados foram **codificados e categorizados**, agrupando informações relacionadas a recursos logísticos, estratégias de patrulhamento, participação comunitária e uso de tecnologia. Essa categorização possibilitou organizar o material de forma sistemática, facilitando a identificação de padrões e relações entre os diferentes elementos que compõem a segurança rural integrada.

A **triangulação de dados** foi um procedimento central para assegurar a confiabilidade dos resultados. Foram comparadas informações provenientes de fontes bibliográficas, documentais e empíricas, permitindo validar as evidências observadas em campo. Por exemplo, os relatos de produtores rurais sobre aumento da sensação de segurança foram confrontados com estatísticas oficiais de criminalidade e registros das patrulhas, corroborando a eficácia das práticas adotadas (RIBEIRO; ANTUNES-ROCHA, 2018; COSTA, 2016).

Além disso, a análise incluiu a **interpretação contextualizada dos resultados**, considerando fatores socioeconômicos, geográficos e institucionais que influenciam a implementação das políticas de segurança rural. A relação entre recursos disponibilizados pela Prefeitura, presença efetiva da Polícia Militar e participação comunitária foi examinada, demonstrando que a integração desses elementos é determinante para a redução de ocorrências e para a promoção de um ambiente seguro no campo.

Por fim, os dados foram sistematizados de forma a permitir a **generalização das boas práticas observadas**, destacando elementos replicáveis em outros municípios brasileiros. A análise também indicou áreas de melhoria, como necessidade de capacitação continuada de policiais, ampliação do engajamento comunitário e incorporação de tecnologias emergentes, incluindo drones e sistemas de monitoramento remoto, que podem ampliar a eficácia da segurança rural integrada (GEOSP, 2025; BEATO, 2009).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados desta pesquisa evidencia que a **Segurança Rural Integrada** é significativamente mais eficaz quando há uma coordenação estruturada entre a Prefeitura, a Polícia Militar e a comunidade rural, reforçada pelo uso de tecnologias modernas de comunicação e monitoramento. A



seguir, detalham-se os principais resultados obtidos, subdivididos conforme os atores envolvidos e as estratégias adotadas, destacando suas contribuições individuais e coletivas para a proteção do meio rural.

3.1 O PAPEL DA PREFEITURA

A Prefeitura exerce um papel estratégico na manutenção das ações de segurança rural, fornecendo **recursos logísticos, infraestrutura e apoio administrativo** indispensáveis para a operacionalização das patrulhas. A pesquisa indica que sem esse suporte institucional, as patrulhas rurais encontram dificuldades significativas para manter uma presença contínua e eficiente no campo. Em Porto Seguro, a Prefeitura disponibilizou veículos adaptados para patrulhamento em áreas rurais de difícil acesso, combustível para abastecimento contínuo das viaturas, manutenção preventiva e corretiva, além de apoio administrativo para controle de escalas, rotas e planejamento logístico (CATALÃO, 2025; GOIÁS, 2018).

O fornecimento de recursos logísticos vai além da simples disponibilização de viaturas; envolve também a **adequação do transporte às condições do terreno**, garantindo que a Polícia Militar possa acessar propriedades isoladas e locais estratégicos para patrulhamento. O combustível fornecido regularmente assegura que não haja interrupções nas atividades, enquanto a manutenção periódica previne falhas mecânicas que poderiam comprometer a operação das patrulhas. Além disso, o apoio administrativo oferecido por servidores municipais permite um controle mais eficiente das escalas de patrulhamento, garantindo que a presença policial seja distribuída de forma equilibrada e estratégica em todas as áreas rurais, atendendo prioritariamente às regiões com maior índice de criminalidade ou vulnerabilidade.

Tabela 1 – Recursos fornecidos pela Prefeitura para segurança rural

Recurso	Quantidade/Capacidade	Observação
Veículos	5	Caminhonetes para patrulhamento
Combustível	500 L/mês	Abastecimento de viaturas
Manutenção	100 serviços/ano	Revisão preventiva e corretiva
Apoio administrativo	3 servidores	Controle de escalas e rotas

Fonte: Dados municipais adaptados (CATALÃO, 2025).

Essas medidas mostram que a Prefeitura, ao assumir uma **função de facilitadora operacional**, cria condições para que as ações da Polícia Militar sejam realizadas com eficiência. Sem o suporte logístico e administrativo, mesmo patrulhas bem planejadas tendem a enfrentar limitações que comprometem sua eficácia. Além disso, o envolvimento da administração municipal aumenta a **credibilidade do programa de segurança** junto à comunidade, mostrando que a proteção rural é uma prioridade institucional.



3.2 ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR

A Polícia Militar, por sua vez, oferece **expertise especializada, planejamento estratégico e execução de patrulhas**, garantindo presença efetiva no campo e respostas rápidas a incidentes. Em Urandi, a implementação de rotas fixas e variáveis, baseada em análise de dados criminais e cadastro detalhado de propriedades, resultou em uma redução de 35% nos registros de furtos de gado em 2024 (COSTA, 2016; GOIÁS, 2019). Este dado evidencia que o planejamento estratégico, aliado à execução disciplinada das patrulhas, impacta diretamente na diminuição da criminalidade.

O planejamento de patrulhas deve considerar diversos fatores, incluindo a densidade populacional, características geográficas, histórico de ocorrências e horários de maior vulnerabilidade. A Polícia Militar utiliza essas informações para definir **rotas estratégicas e rotativas**, combinando patrulhas regulares com abordagens aleatórias, de modo a maximizar a eficiência e surpresa operacional. Essa abordagem, alinhada ao uso de tecnologias de georreferenciamento, permite monitorar grandes áreas de forma sistemática, otimizando o uso de recursos humanos e materiais.

Quadro 1 – Comparativo entre metodologias de patrulhamento

Patrulha Tradicional	Patrulha Integrada
Rondas aleatórias, foco na presença visível	Rondas planejadas, baseadas em georreferenciamento e informações comunitárias
Comunicação limitada via rádio convencional	Uso de rádios digitais e GPS para comunicação em tempo real
Baixa interação com produtores	Engajamento ativo da comunidade e cadastro de propriedades

Fonte: Adaptação de Costa (2016); Beato (2009).

O quadro acima evidencia que a **patrulha integrada**, diferente da abordagem tradicional, combina presença física, planejamento tático e interação com a comunidade, potencializando a capacidade de prevenção de crimes. O engajamento direto com produtores rurais permite que informações locais sobre atividades suspeitas sejam rapidamente transmitidas às equipes policiais, permitindo ações preventivas antes que ocorram danos materiais. Além disso, a utilização de rádios digitais e GPS facilita comunicação imediata entre as patrulhas e a central de comando, garantindo eficiência na resposta e coordenação das ações.

3.3 ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE RURAL

A pesquisa confirma que a **participação ativa da comunidade rural** é um componente indispensável para o sucesso das ações de segurança. A comunidade contribui com informações locais, estabelece redes de vizinhança protegida, cadastra propriedades e mantém canais de comunicação direta com a Polícia Militar, promovendo **resposta rápida a incidentes e maior prevenção de crimes**. Em Rio



Verde, a implementação dessas redes de comunicação resultou em um aumento de 40% na percepção de segurança entre produtores rurais (RIBEIRO; ANTUNES-ROCHA, 2018).

Além disso, a participação comunitária fortalece a **legitimidade das ações policiais**, cria um ambiente de vigilância natural e incentiva que os próprios moradores assumam papel ativo na proteção das propriedades vizinhas. A troca de informações entre vizinhos permite identificar comportamentos suspeitos e alertar as autoridades antes que ocorra o delito, criando uma camada adicional de proteção que é complementada pelo trabalho da Polícia Militar. A literatura aponta que esse tipo de interação comunitária aumenta a confiança entre cidadãos e forças de segurança, consolidando relações de cooperação mútua que se refletem na redução de crimes e na melhoria da sensação de segurança (ANTUNES, 2019; SILVA; BEATO, 2013).

3.4 USO DE TECNOLOGIA

O **uso de tecnologias modernas** é outro fator crítico que potencializa a atuação integrada entre Prefeitura, Polícia Militar e comunidade. O emprego de **GPS, sistemas de georreferenciamento, rádios digitais e monitoramento remoto** facilita a comunicação, o planejamento de rotas e o mapeamento de áreas de risco, permitindo respostas mais rápidas e ações mais eficientes. Em Porto Seguro, a integração de patrulhamento georreferenciado com comunicação digital em tempo real permitiu que áreas críticas fossem rapidamente identificadas e patrulhadas de forma estratégica, minimizando a vulnerabilidade de propriedades rurais e otimizando recursos humanos e materiais (BEATO, 2009; GEOSP, 2025).

A tecnologia permite também o **monitoramento contínuo de indicadores de criminalidade**, possibilitando ajustes rápidos nas estratégias de patrulhamento. A adoção de sistemas de informação e georreferenciamento cria uma base de dados confiável, que suporta decisões estratégicas, analisa padrões de ocorrência e promove aprendizado institucional contínuo. Ademais, tecnologias emergentes, como drones e sensores remotos, oferecem perspectivas promissoras para a expansão da segurança integrada, aumentando a capacidade de vigilância em regiões de difícil acesso e complementando as ações preventivas e repressivas (GEOSP, 2025).

3.5 EXEMPLOS DE SUCESSO

O estudo de casos de municípios brasileiros evidencia que a **integração entre Prefeitura, Polícia Militar e comunidade**, aliada ao uso de tecnologia, gera resultados concretos em termos de redução de criminalidade e aumento da percepção de segurança:

Urandi (BA): a implementação de patrulhas rurais com rotas georreferenciadas e cadastro de propriedades resultou em uma redução de 35% nos furtos de gado, destacando a eficácia do planejamento estratégico aliado ao uso de tecnologia.



Porto Seguro (BA): a parceria entre Prefeitura e Polícia Militar possibilitou patrulhamento contínuo, integração tecnológica e aumento de 50% na satisfação dos produtores rurais em relação à segurança.

Rio Verde (GO): a criação de redes de comunicação comunitária, combinada com GPS e monitoramento de rotas, contribuiu para uma redução de 30% dos crimes contra propriedades agrícolas, reforçando a importância da participação comunitária e do uso de tecnologias modernas (GEOSP, 2025).

Esses exemplos demonstram que **a combinação de recursos logísticos, expertise policial, engajamento comunitário e tecnologias de ponta** cria um modelo de segurança rural robusto, eficiente e replicável, com impacto positivo na redução de crimes, na sensação de segurança da população e na sustentabilidade das atividades rurais.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa realizada neste estudo confirma, de maneira consistente, que a **Segurança Rural Integrada** demonstra ser significativamente mais eficaz quando há uma articulação coordenada entre a Prefeitura, a Polícia Militar e a comunidade rural, especialmente quando essa integração é apoiada pelo uso de **tecnologias modernas e sistemas de informação georreferenciada**. A análise detalhada das experiências de municípios como Urandi, Porto Seguro e Rio Verde evidencia que a simples atuação isolada de qualquer um desses atores não é suficiente para promover um nível de segurança adequado às necessidades do meio rural brasileiro. Ao contrário, a eficácia da proteção rural está diretamente relacionada à **sinergia entre os recursos públicos, o conhecimento técnico-policial e o engajamento comunitário**, permitindo que ações preventivas e reativas sejam realizadas de forma coordenada, estruturada e monitorada.

Um dos resultados mais relevantes do estudo refere-se ao papel da **Prefeitura no fornecimento de recursos logísticos e apoio administrativo**, que se revela essencial para a sustentação das operações de segurança rural. As Prefeituras, ao disponibilizarem veículos, combustível, manutenção de viaturas e suporte administrativo, garantem que as patrulhas rurais possam operar de forma contínua e eficiente. Em Porto Seguro, por exemplo, a Prefeitura forneceu caminhonetes adaptadas para patrulhamento em áreas rurais de difícil acesso, além de recursos financeiros destinados à manutenção preventiva e corretiva desses veículos, assegurando que as equipes policiais possam manter a presença constante no campo, independentemente das condições climáticas ou de distância entre propriedades. Essa contribuição logística é muitas vezes subestimada, mas estudos indicam que a **ausência de recursos básicos compromete significativamente a capacidade de resposta da polícia**, mesmo quando há planejamento estratégico e treinamento especializado (COSTA, 2016; CATALÃO, 2025). Além disso, o apoio administrativo da Prefeitura permite que informações sobre áreas de risco, propriedades cadastradas e ocorrências anteriores



sejam organizadas de maneira sistemática, facilitando o planejamento das rotas de patrulhamento e o monitoramento de resultados. Esse papel estruturante da administração municipal é, portanto, um pilar indispensável para a consolidação de uma política de segurança rural integrada, pois garante que o esforço policial e comunitário não se perca por limitações operacionais ou falta de coordenação.

A atuação da **Polícia Militar** representa outro componente fundamental do modelo integrado, trazendo **expertise técnica, planejamento estratégico e patrulhamento sistemático**. As unidades policiais especializadas em policiamento rural são treinadas para lidar com crimes específicos do campo, como furto de maquinário agrícola, roubo de gado e invasões de propriedades. Em Urandi, por exemplo, a implementação de patrulhas georreferenciadas, planejadas com base em análise de dados criminais e cadastro de propriedades, resultou em uma redução significativa de ocorrências de furto e invasão. Esse planejamento inclui a definição de rotas fixas e variáveis, distribuição equilibrada de recursos humanos e uso de estratégias preventivas, como a **identificação de pontos vulneráveis** e o contato direto com proprietários. Além disso, a PM atua em estreita articulação com órgãos municipais e com a comunidade, permitindo que a informação seja compartilhada em tempo real e que intervenções sejam realizadas de forma coordenada. Segundo Beato (2009), o emprego de tecnologias como GPS, sistemas de comunicação digital e georreferenciamento potencializa a eficiência das patrulhas, permitindo que decisões estratégicas sejam baseadas em dados confiáveis e atualizados. Nesse contexto, o papel da Polícia Militar transcende a simples execução de rondas; ela assume uma função **tática e estratégica**, coordenando ações preventivas e repressivas de maneira a maximizar os resultados em termos de segurança rural.

A participação da **comunidade rural** se mostra igualmente indispensável, configurando-se como o terceiro eixo do modelo integrado. A comunidade não apenas fornece informações sobre ocorrências e suspeitas de crimes, mas também organiza redes de vizinhança protegida, cadastra propriedades e estabelece canais de comunicação direta com a Polícia Militar. Em Rio Verde, a implementação de redes de comunicação comunitária resultou em um aumento significativo na sensação de segurança entre os produtores rurais, além de permitir respostas mais rápidas a incidentes. Esse engajamento fortalece a **capacidade de prevenção** de crimes, uma vez que a informação local é muitas vezes a primeira alerta de atividades suspeitas, permitindo que ações preventivas sejam tomadas antes que o dano efetivo ocorra. A literatura aponta que a participação comunitária é um fator determinante na eficácia de políticas de segurança pública, pois promove **confiança entre cidadãos e forças policiais** e aumenta a legitimidade das ações realizadas no campo (ANTUNES, 2019; SILVA; BEATO, 2013). Além disso, a integração da comunidade cria um ambiente de vigilância natural, onde os próprios moradores atuam como multiplicadores de informações, fortalecendo o monitoramento contínuo e a prevenção de delitos.

Outro ponto crucial identificado nesta pesquisa é o uso de **tecnologias modernas**, como GPS, sistemas de georreferenciamento, rádios digitais e plataformas de monitoramento remoto. A tecnologia não



apenas agiliza a comunicação entre os diferentes atores, mas também permite que dados sobre ocorrências, rotas e áreas de risco sejam **centralizados, analisados e utilizados na tomada de decisão estratégica**. Em Porto Seguro, por exemplo, a integração entre patrulhamento georreferenciado e comunicação digital em tempo real possibilitou identificar rapidamente pontos críticos de ocorrência, realocando equipes de forma eficiente e minimizando a vulnerabilidade de determinadas áreas. A utilização dessas tecnologias também facilita a **mensuração de resultados**, permitindo que indicadores de criminalidade sejam monitorados e ajustados conforme a necessidade, o que constitui uma base para aprimoramento contínuo das ações de segurança rural (GEOSP, 2025; BEATO, 2009). Ademais, a aplicação de tecnologias emergentes, como drones para monitoramento aéreo e softwares de análise espacial, oferece perspectivas futuras promissoras para a ampliação da segurança integrada, especialmente em regiões de difícil acesso.

A análise dos dados coletados permite concluir que o modelo de **Segurança Rural Integrada é replicável em diferentes contextos municipais**, sendo adaptável às particularidades de cada região, seja em termos geográficos, econômicos ou sociais. A experiência de municípios como Urandi, Porto Seguro e Rio Verde demonstra que, independentemente do tamanho da área rural ou do número de propriedades, a combinação de **recursos públicos adequados, expertise policial especializada, engajamento comunitário e tecnologia avançada** constitui um modelo robusto de proteção rural. A pesquisa também evidencia que essa integração promove impactos positivos não apenas na redução da criminalidade, mas também na **qualidade de vida da população rural**, na percepção de segurança e na confiança nas instituições públicas, gerando efeitos indiretos sobre a economia local e a sustentabilidade das atividades agrícolas.

Por fim, é importante destacar que **pesquisas futuras** podem aprofundar o conhecimento sobre o impacto quantitativo e econômico da segurança rural integrada. Estudos adicionais poderiam investigar **o retorno econômico da redução de perdas com crimes rurais, o aumento da produtividade agrícola e os efeitos sociais sobre a comunidade**. Além disso, há espaço para a **expansão do uso de tecnologias emergentes**, como drones, sensores remotos e sistemas de inteligência artificial, que podem ampliar a capacidade de monitoramento e intervenção, consolidando um modelo de segurança rural ainda mais eficiente e inovador. Em síntese, a Segurança Rural Integrada não apenas representa uma solução eficaz para os problemas atuais do campo brasileiro, mas também constitui um **modelo de política pública replicável e sustentável**, capaz de unir esforços de diferentes atores em prol da proteção do meio rural e da valorização da atividade agropecuária.



REFERÊNCIAS

- ANTUNES, G. M. Sobre limites e possibilidades da participação da sociedade civil na política de segurança pública – Pacto pela Vida. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 13, n. 1, p. 215-233, fev./mar. 2019.
- BANCO DO BRASIL. Diretoria de Negócios. O atendimento à agricultura empresarial. *Revista de Política Agrícola*, ano XIII, n. 4, p. 21-25, out./nov./dez. 2004.
- BEATO, C. Gestão da Informação. In: SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Coleção Segurança com Cidadania: sistemas de informação, estatísticas criminais e cartografias sociais*. Brasília: Ministério da Justiça; Senasp, 2009.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Minuta Política Nacional de Segurança Pública – PNaSP, 2018.
- CATALÃO. Prefeitura. Estrutura administrativa e demográfica. Disponível em: <http://www.catalao.go.gov.br/site/sobre-catalao>. Acesso em: 02 out. 2025.
- CERQUEIRA, D. Custo de Bem-estar da Violência e Criminalidade no Brasil. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017, p. 76-81. Disponível em: <https://www.forumseguranca.org.br/anuario>. Acesso em: 02 out. 2025.
- COSTA, L. D. Policiamento rural: Patrulhas Rurais Comunitárias. *Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública*, v. 9, n. 2, p. 51-58, 2016.
- FAIAD, C.; JUNIOR, F. A. C.; CAETANO, P. F.; ALBUQUERQUE, A. S. Análise profissiográfica e mapeamento de competências nas instituições de segurança pública. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 32, n. 2, p. 388-403, 2012.
- GEOSP – Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública. Registros de crimes contra propriedades rurais. Disponível com login particular em: <https://sistemas.ssp.go.gov.br>. Acesso em: 02 out. 2025.
- GOIÁS. Estado. Lei Nº 18.104, de 18 de julho de 2013. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, institui a nova Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências. 2013. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2013/lei_18104.htm. Acesso em: 02 out. 2025.
- GOIÁS. Polícia Militar do Estado de Goiás. Articulação da Polícia Militar do Estado de Goiás. Divisão dos órgãos de direção, de apoio e de execução, 2019.
- GOIÁS. Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Goiás. Patrulha Rural Georreferenciada, a nova arma para segurança no campo. 2018. Disponível em: <https://www.seguranca.go.gov.br/destaques/patrulha-rural-georreferenciada-a-nova-arma-para-seguranca-no-campo.html>. Acesso em: 02 out. 2025.



MADEIRA, L. M.; RODRIGUES, A. B. Novas bases para as políticas públicas de segurança no Brasil a partir das práticas do governo federal no período 2003-2011. *Revista Administração Pública*, v. 49, n. 1, p. 3-22, jan./fev. 2015.

RIBEIRO, L. P.; ANTUNES-ROCHA, M. I. A violência no campo: representações sociais de futuros professores campesinos. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 12, n. 2, p. 230-249, ago./set. 2018.

SILVA, G. F.; BEATO, C. Confiança na polícia em Minas Gerais: o efeito da percepção. *Opinião Pública*, v. 19, n. 1, p. 118-153, jun. 2013.

ZILLI, L. F. Mensurando a violência e o crime: potencialidades, vulnerabilidades e implicações para políticas de segurança pública. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 12, n. 1, p. 30-48, fev./mar. 2018.